

O ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: QUESTÕES E REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NA SALA DE AULA COMUM

Ana Julia de Oliveira Milano¹
Giovani Ferreira Bezerra²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar e discutir como é o atendimento educacional para um aluno com paralisia cerebral, inserido no 5º ano do ensino fundamental em uma escola da rede municipal de Naviraí, Mato Grosso do Sul, apontando aspectos significativos, os desafios, dificuldades e a opinião dos professores sobre a inclusão escolar desse aluno. A pesquisa, do tipo estudo de caso, foi realizada mediante abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas aos professores do aluno com paralisia cerebral incluído na escola comum, bem como observação não participante na sala de 5º ano. Os dados foram organizados em três tópicos temáticos para as discussões, a saber: a(s) concepção(ões) dos professores sobre a inclusão escolar do aluno com Paralisia Cerebral; Paralisia Cerebral: recursos e procedimentos didático-pedagógicos na sala de aula comum e, por fim, o atendimento educacional ofertado ao aluno com Paralisia Cerebral: discutindo as condições de acessibilidade e participação na escola comum. Os resultados indicam que ainda há poucos recursos pedagógicos para trabalhar com esse aluno com Paralisia Cerebral em sala de aula. As professoras desse aluno insistem que, se há um itinerante e uma rampa de acesso na escola, já está assegurada a inclusão. Todavia, mediante estudos bibliográficos realizados ao longo de toda a pesquisa, constata-se que há diversos recursos, envolvendo a tecnologia assistiva e outras adaptações nos materiais didáticos e instrumentos usados no cotidiano, aos quais os professores podem recorrer para permitir a participação e o desenvolvimento cognitivo de estudantes nessa condição, motivando-os em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Paralisia Cerebral. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, o tema a ser discutido é a inclusão escolar de um aluno com Paralisia Cerebral, matriculado, em 2013, no 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Naviraí/MS, a fim de se compreender como os professores e professoras agem com esse aluno na sala de aula comum, diante de suas dificuldades.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Naviraí (UFMS/CPNV).

² Professor Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Naviraí (UFMS/CPNV). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba. Licenciado em Pedagogia pela UEMS.

A realização desta pesquisa se justifica pela carência de pesquisas que abordam esse tema, não obstante ser essa discussão relevante, haja vista existirem tantas crianças com Paralisia Cerebral no Brasil, que têm o direito de frequentar, como os demais alunos, uma escola comum.

Convém destacar que, nos anos de 2011 e 2012, ao ser estagiária itinerante³ de um aluno com Paralisia Cerebral, a pesquisadora pôde conhecer melhor as especificidades de um estudante nessa condição, percebendo, inclusive, suas possibilidades de aprender e participar da sala de aula comum.

Percebe-se que os professores ainda tem certo receio de ter em sua sala um aluno em cadeira de rodas. Nem todas as escolas estão adaptadas para receber esses alunos. Na rede municipal de ensino de Naviraí/MS, há apenas dois alunos que utilizam cadeira de rodas. Apesar das dificuldades enfrentadas, pode-se perceber que as famílias ficam imensamente realizadas quando essas crianças têm oportunidade de participar da vida cultural e social da escola, e isso é o primeiro passo para um processo de inclusão.

Para compreender o processo de inclusão de um aluno com Paralisia Cerebral, no 5º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de Naviraí-MS, foi realizada uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas com os professores do aluno com Paralisia Cerebral, para saber como lidam com essa situação, buscando-se entender qual o posicionamento destes sobre a inclusão desse aluno na sala de aula regular.

O tema sobre inclusão escolar é complexo e recente, além de existirem muitas discussões divergentes, pois há pessoas que apoiam essa ideia e outras que discordam. Ainda há muitos professores que não estão aptos a trabalhar com crianças com Paralisia Cerebral. Nesse contexto, é de suma importância que esses profissionais busquem mais conhecimentos sobre a inclusão no ambiente escolar.

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa para investigar o processo de inclusão escolar de um aluno com Paralisia Cerebral no 5º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de Naviraí-MS. Para tanto, busca-se, ao longo do estudo, embasamentos teóricos que ajudem a compreender o conceito de Paralisia Cerebral e sua relação com a práxis pedagógica.

³ Estagiário itinerante: acadêmico do curso de Pedagogia que, na rede municipal de ensino de Naviraí/MS, auxilia o aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula nas atividades acadêmicas e nas demais atividades de higiene, alimentação e locomoção que se fizerem necessárias.

Vale ressaltar a importância desta pesquisa, pois discutiremos o posicionamento dos professores desse aluno com Paralisia Cerebral sobre sua inclusão escolar na sala de aula comum, destacando como eles reagem diante desta situação e como veem essas dificuldades enfrentadas no dia a dia escolar pelo citado estudante.

Foram entrevistados cinco professores que lecionam para a turma do 5º ano. Pelas entrevistas, buscou-se apurar como são o atendimento educacional e as condições de acessibilidade ofertados a esse aluno com Paralisia Cerebral na escola comum. Foi feita, ainda, uma pesquisa de campo com duração de três dias na escola do município, a fim de se observar como tem transcorrido o processo de inclusão do estudante.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Abordando a Inclusão

A educação inclusiva ainda demanda estudos e pesquisas, pois, na realidade escolar, muito se comenta sobre esse assunto. Os governantes, porém, pouco fazem para ajudar esses professores na busca de mais conhecimentos sobre essa questão. Sendo assim, Matiskei (2004, p. 12) sustenta que:

A inclusão educacional é um projeto gradativo, dinâmico e em transformação, que exige do Poder Público, em sua fase de transição, o absoluto respeito às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção dos serviços mais apropriados ao seu atendimento.

A Educação Especial/Inclusão Escolar está passando por transformações, e cabe à escola fazer parte disso. Porém, a responsabilidade pela educação inclusiva não cabe somente à escola, mas é uma atribuição de toda a sociedade aceitar e respeitar pessoas com necessidades educacionais especiais. Portanto,

A Educação Especial passa atualmente por um momento de revisão epistemológica, que se caracteriza pelo movimento da Educação Inclusiva. Este movimento é consequência de mudanças ocorridas nas atitudes sociais que foram se estabelecendo ao longo da história, com relação ao tratamento dado às pessoas com deficiência. Afinal, não se pode falar sobre Educação Especial sem pensar na questão da deficiência. (BRASIL, 2006, p.04).

Desse modo, a inclusão escolar, ao partir da escola, não pode resolver todos os problemas sociais, mas contribui para quebrar certos preconceitos. Em outras palavras,

Considera-se que a Educação Inclusiva é um dos caminhos possíveis para que países marcados por desigualdades sociais enfrentem problemas de exclusão social e educacional, por meio das mudanças sugeridas a partir da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. O respeito à diversidade é um dos pilares básicos da Educação Inclusiva que converte-se em alternativa para que os sistemas educacionais rompam, definitivamente, com as diferentes formas de exclusão educacional. (BRASIL, 2006, p.08).

Dessa perspectiva, ao se tratar de inclusão, outro ponto importante é a situação em que se encontram as escolas que possuem crianças em cadeira de rodas. A acessibilidade deve ser prevista desde a fase de elaboração de projetos que esquematizam a estrutura das novas escolas, pois, a qualquer momento, estas podem receber um aluno em cadeira de rodas. As escolas já construídas precisam, também, ser (re)adaptadas para se tornarem espaços inclusivos. Como afirma Brasil (2006, p. 10),

Tratando-se da inclusão escolar de pessoas com deficiência física é necessário promover adequações no ambiente escolar e no currículo, considerando as diferenças ocasionadas pelas condições físicas, como por exemplo: uma criança pode não andar de forma alguma; outra que anda, mas com alguma dificuldade; uma que precisa de cadeira de rodas para se locomover e a outra que usa bengala canadense ou muletas. O importante é que as adaptações necessárias sejam providenciadas de acordo com as necessidades dos alunos e que sejam removidos os obstáculos que impedem a sua inclusão.

O processo de inclusão ainda é muito recente no Brasil, por isso é algo que provoca muita discussão. Como esclarecem Anache e Maciel (2010, p. 21, grifo dos autores),

A **inclusão**, nos países desenvolvidos, teve início na segunda metade da década de 1980 e, somente no início dos anos 1990 chegou ao Brasil, quando, então, foram iniciadas as discussões acerca das resoluções oriundas da Declaração de Salamanca (1994), evento ocorrido na Espanha. A partir daí implementaram-se as idéias emanadas do documento Declaração Mundial da Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien, Tailândia, em 1990.

A Declaração de Salamanca veio para amparar as crianças com necessidades educacionais especiais, garantindo que pudessem ser incluídas em escolas regulares. Com essa Declaração, o acesso e participação das crianças com alguma deficiência na sala de aula comum ficou mais evidente, embora já houvesse, em nosso país, alguns avanços nesse sentido, como se depreende pela citação abaixo:

No Brasil, a Constituição de 1988, garantiu a igualdade de condição de acesso e permanência na escola a todos os alunos e, o atendimento às pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. Com vistas a atender a essa prerrogativa, diversas leis e políticas foram implementadas, podendo-se destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e, na Educação, a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Especial alcançou *status* de modalidade de ensino. (ANACHE; MACIEL, 2010, p. 22).

Apesar desses avanços, no Brasil, o processo de inclusão ainda está em andamento. Por mais que esteja decretado que toda criança com necessidades educacionais especiais tem direito à educação, algumas escolas ainda têm certa insegurança em aceitar estudantes com deficiência. Isso vai contra a própria ideia de um sistema escolar inclusivo, que

[...] é aquele cuja comunidade educativa tem o desafio de conseguir que a generalidade de seus alunos, seja qual forem suas diferenças, consiga ter sucesso na aprendizagem. Com resposta à diversidade de alunos, a educação inclusiva tornou-se uma política aceita internacionalmente, e implica transformações que afetarão a todos os membros da comunidade educacional, os sistemas de ensino, as políticas educacionais e a organização e funcionamento das escolas. (ANACHE; MACIEL, 2010, p. 24).

Nessa perspectiva, é importante que todos os membros da escola contribuam para que ocorra a inclusão desses alunos, desde os funcionários da limpeza, a direção e coordenação, os que trabalham na secretaria, bem como os professores e alunos da escola. Pode-se afirmar a importância de crianças com Paralisia Cerebral estarem inseridas em escolas comuns, pois é por meio desse contato com as outras crianças que aquelas podem desenvolver, cada vez mais, sua coordenação motora, sua vida social e as funções psicológicas superiores, à medida que convivem com outras pessoas, as quais podem mediar o seu desenvolvimento emocional e linguístico-cognitivo.

1.2 O conceito de Paralisia Cerebral

Hoffman, Tafner e Fischer (2008, p. 02), pautando-se nos estudos de Fischinger (1970), argumentam que a Paralisia Cerebral pode ser causada por diversos motivos, sendo que

Paralisia Cerebral é um distúrbio sensorial e senso-motor causado por uma lesão cerebral, a qual perturba o desenvolvimento normal do cérebro. A perturbação é estacionária e não progressiva. O distúrbio do cérebro é estacionário, mas o comprometimento dos movimentos é progressivo quando não se faz tratamento.

O tratamento da criança com Paralisia Cerebral deve ser iniciado o quanto antes, pois quando se é realizado o tratamento desde cedo, a criança pode ter muitas chances de ter um maior

aprendizado na escola e melhor qualidade de vida. Segundo Hoffmann, Tafner e Fischer (2008, p. 02), é

Importante iniciar o tratamento; objetivando a correção dos movimentos executados erroneamente, obtendo assim movimentos mais precisos e corretos. Este tratamento é de suma importância nos indivíduos com Paralisia Cerebral, pois, o tônus dos músculos, dependendo da complexidade da deficiência podem apresentar-se, demasiadamente, flácidos ou tensos. E o treino/exercício específicos permitirá ao indivíduo condições de melhorar sua qualidade de vida.

Conforme o caso, crianças com Paralisia Cerebral podem realizar as mesmas atividades que as demais, inclusive comunicando-se e interagindo satisfatoriamente com as demais pessoas à sua volta. Asseguram Hoffman, Tafner e Fischer (2008, p.02) que:

Os indivíduos portadores de Paralisia Cerebral, com comprometimento global leve, movimentam-se com independência, realizam atividades motoras finas, como desenhar, encaixar, recortar etc..., constroem frases com mais de duas palavras; e demonstram uma boa adaptação social. Seu desempenho intelectual favorece a aprendizagem acadêmica.

Há, no entanto, casos de paralisia que comprometem uma área do cérebro em que a fala e os movimentos são seriamente comprometidos, embora, nem sempre, a capacidade intelectual do indivíduo fique também afetada. Ainda para mesma autora

As pessoas paráliticas cerebrais com dependência total ao nível da motricidade grossa e fina, com linguagem e fala comprometidos demonstram capacidade intelectual severamente prejudicada. Por capacidade intelectual entenda-se a possibilidade de expressão da capacidade mental. Via de regra, não existe relação direta em 'quanto maior o transtorno motor, maior o déficit mental', principalmente porque não é previsto no quadro da Paralisia Cerebral, o déficit mental. Se houver, ele terá patogenias associadas (HOFFMAN; TAFNER; FISCHER, 2008, p. 4).

A partir do momento em que a criança com Paralisia Cerebral é estimulada a fazer uma atividade, ela aprende cada vez mais. Nesse caso, tanto a família quanto os profissionais de saúde devem sempre estimular essa criança, pois esta

adquire o conhecimento através da exploração do meio, da manipulação de objetos, da repetição de ações e do domínio do próprio esquema corporal com relação a situações de perigo, ela necessita do controle maturacional do Sistema Nervoso. Portanto, a criança com Paralisia Cerebral pode ficar mais limitada ao pensamento e menos à execução do mesmo, perdendo oportunidades concretas de viabilizar ampliações no seu repertório (HOFFMAN; TAFNER; FISCHER, 2008, p. 4).

Diante do exposto, pode-se levar em consideração que se deve trabalhar muito com a exploração de conhecimentos da criança com Paralisia Cerebral. O estímulo feito pelos professores pode fazer com que tais crianças tenham um grande avanço tanto na escola quanto fora dela, pois seu relacionamento com as pessoas pode se ampliar; com tratamentos e

acessibilidade, podem ter independência para fazer algumas atividades sozinhas, tais como desenhar com o apoio de uma prancheta, alimentar-se com o apoio de um talher especial, usar o computador com teclado adaptado para facilitar a coordenação motora na escola, entre outras situações de vida autônoma.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva. Foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados entrevistas semiestruturadas com os professores e a observação não participante na realidade pesquisada, constituindo-se um estudo de caso.

A partir de Severino (2010, p. 122), podemos compreender o que vem ser um estudo de caso. Nas palavras do autor,

Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerando representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significamente representativo. A coleta dos dados e sua análise dão da mesma forma que nas pesquisas de campo em geral. O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados.

A pesquisa foi desenvolvida em algumas etapas. A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico de autores relacionados ao tema e à metodologia da pesquisa. A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com os professores que atendem o aluno com Paralisia Cerebral, matriculado no 5º ano de uma escola municipal de Naviraí/MS. Para não revelar o nome das professoras que concederam a entrevista, serão adotadas as seguintes siglas: P1: professora de Artes; P2: professora de Educação Física; P3: professora de Produções Interativas; P4: professora Interdisciplinar e P5: professora de Inglês.

A terceira etapa foi a observação em campo para se verificar como é realizado, na sala de aula comum, o atendimento educacional para esse aluno com Paralisia Cerebral. Ao longo das etapas, esteve presente a pesquisa bibliográfica.

3 RESULTADOS E DESCRIÇÕES SOBRE OS DADOS

3.1 *a(s) concepção(ções) dos professores sobre a inclusão escolar do aluno com Paralisia Cerebral*

Foram entrevistadas cinco professoras que lecionam na sala de aula do aluno supracitado. Quando questionadas sobre seu posicionamento sobre a inclusão de um aluno com Paralisia Cerebral em sala de aula comum, elas responderam, respectivamente, que:

(P1) Bom, eu não vejo diferença num aluno normal para um aluno comum com Paralisia Cerebral. Por quê? Por que ele acompanha as mesmas regras que os outros alunos da sala também acompanham. Claro, com um pouco mais de dificuldade, né? Então, as avaliações com esse aluno serão um pouco mais diferenciadas, né?. A gente vai estar questionando mais, é com provas orais, né?. O aluno vai responder para a gente, claro mais uma vez com dificuldade, mas a gente tem que ver também as circunstâncias que ele está aprendendo, também os valores e a valorização do que ele está aprendendo em sala de aula.

(P2) O ensinamento desse aluno deve ser igual e proporcional a todos os ensinamentos e métodos propostos para os alunos do 5º ano, visando, adaptando as suas dificuldades e, no caso, suas limitações.

(P3) Olha, com certeza, no meu ponto de vista, deve haver sim e sempre [referindo-se à inclusão escolar de alunos com paralisia cerebral]. Como eu digo, é a primeira vez que eu trabalho com um aluno com Paralisia Cerebral, e esse aluno eu vejo que ele tem sim condições de estar inserido em uma escola comum, porque ele tem sim o raciocínio, a participação, ele apenas não escreve, mas para isso tem o professor itinerante, que o auxilia e muito, mas com certeza sim.

As professoras P1, P2 e P3 têm a mesma linha de pensamento. Relatam que a única peça fundamental em sala de aula para trabalhar com esse aluno é o itinerante, dando a entender que aluno pertence ao estagiário e não ao professor. No transcorrer das sessões de observação, pôde-se observar, durante a prova aplicada pela professora P4 para os alunos, que, na hora da avaliação, o itinerante lê e escreve para o aluno com Paralisia Cerebral, fazendo com que ele fique refém de um auxílio durante todo o tempo em que está na escola, mesmo havendo diversos recursos que este aluno poderia utilizar para se tornar mais independente na escola.

A professora P4 apresenta, por sua vez, a seguinte concepção:

(P4) Olha, a minha posição é a seguinte: depende muito de quem vai estar com esse aluno, depende muito do interesse do professor, de como ele pretende trabalhar com aquele aluno, qual é o objetivo que ele tem com esse aluno. No meu caso, é o garoto que está comigo... Ele tem Paralisia Cerebral, muito bem, é, mas é uma criança assim atenta. Ele, com certeza, não vai dar, apresentar tanta dificuldade para o professor. Porque ele é aquela criatura que você explica e ele aprende

antes, só de ouvir, antes mesmo que muitos da turma, ditos normais. Ele tem uma capacidade, uma facilidade na aprendizagem... E aí vai depender também de outros trabalhos, que ele não tem movimento, boa coordenação nas mãos, mas eu continuo batendo na tecla: vai depender de quem está com ele, da boa vontade do professor, incentivar ele buscar e promover atividades que facilitem mais a vida dele, se interessar pelo garoto, de falar com ele, de buscar saber se ele entendeu de fato, até porque ele tem dificuldade na fala, né? Se você não estiver buscando isso, ele pode ficar como um garoto no fundo da sala.

As considerações da P4 sugerem que, na visão dela, a responsabilidade sobre esse aluno é do professor. Se o docente não ajudar o aluno, este será apenas mais um no fundo da sala. P4 afirma que está buscando diversas formas de interagir com ele nas suas aulas, fazendo com que se sinta parte integrante da turma. Durante as observações, percebeu-se que o aluno se sente muito à vontade em sala de aula, sempre muito sorridente.

Pode-se constatar que, quando P4 diz “vai depender do professor”, ela deve estar se referindo à necessidade de fazer com que o aluno com paralisia cerebral não fique isolado, comunicando-se apenas com o estagiário itinerante que o auxilia. Assim, a professora faz com que ele se sinta parte daquela turma e, nesse sentido, pode-se dizer que há avanços no processo de inclusão escolar, de modo que o aluno se motive e seja motivado a frequentar as escolas regulares.

Na concepção de P5,

(P5) No 5º ano, tem um aluno com Paralisia Cerebral. E eu acho bom eles serem incluídos na sala de aula comum, apesar da dificuldade deles. Eles conseguem entender um pouco da matéria e interagir com os outros alunos da sala.

Diante das respostas obtidas, pode-se observar que todas as professoras têm a mesma linha de pensamento em relação ao aluno com Paralisia Cerebral em sua sala de aula. Expressam a mesma resposta e concordam com a inclusão, que deve haver sim e sempre, afirmando que não encontram nenhuma dificuldade para com esse aluno, pois o mesmo tem em excelente comportamento, é um bom aluno, e tem um bom rendimento escolar. Mantoan (2003 apud SILVA, BELO; DRUMOND, 2011, p. 253) sustenta que:

Para que a inclusão ocorra, a escola deve levar em consideração que o tempo de construção de uma competência varia de aluno para aluno e que sua evolução é percebida por meio de mobilização da aplicação do que este aprendeu ou já sabia para chegar às soluções pretendidas.

Torna-se necessário que a gestão escolar e a coordenação, juntamente com os profissionais que trabalham com esse aluno, busquem os devidos recursos para que a inclusão

escolar de fato ocorra, pois sabemos que existem diversos recursos pedagógicos que podem melhorar a vida desse aluno com Paralisia Cerebral. esses recursos precisam ser socializados a todos estudantes nessa condição.

Na direção do exposto, não se deve esquecer que não basta ter rampas e um itinerante nas escolas comuns para que tudo já esteja resolvido. Além da questão arquitetônica, é preciso pensar na disponibilização de talheres adaptados para sua alimentação, fazendo com que o estagiário itinerante não precise alimentá-lo o tempo todo, de modo que esse aluno fique mais independente. Também há recursos de tecnologia assistiva, formas de comunicação alternativa e suplementar, materiais pedagógicos adaptados, entre outras possibilidades que devem ser garantidas aos alunos nessa condição.

3.2 Paralisia cerebral: recursos e procedimentos didático-pedagógicos na sala de aula comum

Quando questionadas sobre os procedimentos didático-pedagógicos adotados em sala de aula para propiciar a inclusão escolar do aluno com Paralisia Cerebral, as entrevistadas responderam da seguinte maneira:

(P1) As atividades desse aluno, ela é diferenciada, por que? Porque é um aluno que traz um tipo de deficiência, então a partir do momento que o aluno tem uma deficiência tem que ter uma avaliação diferenciada. Então o que seria a avaliação? Uma avaliação oral, né, desenhos mais diversificados, trabalhos mais específicos, com que ele consiga concluir, com clareza com firmeza, né, e com que ele tenha um nível de aprendizagem bom, perante toda a sala.

(P2) Bom, é trabalhamos na sala de tecnologia, com computadores, vídeos, jogos lógicos e matemáticos. Para o 2º bimestre, pretendendo trabalhar também vídeos, confecções de materiais recicláveis, trabalhando manualmente, com coordenação motora fina.

(P3) Olha, principalmente, o professor itinerante, isso eu já digo com certeza, porque se não haver esse professor né, a ajuda fica mais difícil pelo fato de ter que atender não só essa criança com Paralisia Cerebral, como a todos, no caso da sala. Então é esse é um dos recursos maravilhosos que existe, que é o professor é, fora a carteira apropriada, a participação em si de ambos, tanto o aluno quanto o professor itinerante.

De acordo com as respostas de P1, P2 e P3, podemos dizer que elas veem apenas como recurso para trabalhar com esse aluno o estagiário itinerante, constatando que, se tem ele, está bom, como se o aluno não precisasse de mais nada. Desse discurso, depreende-se que o aluno com Paralisia Cerebral torna-se apenas mais um, não sendo necessário buscar outros recursos ou materiais para mediar o desenvolvimento e a aprendizagem desse aluno.

A professora P4, por sua vez, relata que:

(P4) Olha eu costumo trabalhar o concreto, né apesar do garoto que tem na minha sala como eu já disse ele tem facilidades né, mesmo que eu explique na lousa, é ele aprende com muita facilidade, eu me aproximo e quero saber, né, se ele entendeu, ele consegue falar, tem dificuldade na sala, mas ele sabe responder direitinho, né, então dá pra perceber que ele aprendeu. Quanto à questão da escrita, ele tem toda dificuldade do mundo. Segundo ele, nunca ninguém colocou ele para escrever, então eu tomei e ousei né?. Eu produzi um material diferenciado, primeiro eu fiz um teste para saber mais ou menos o tamanho da letra que ele tinha possibilidade para escrever. Então, dá pra perceber que dentro do espaço duplo da letra dele vai se encaixar direitinho dentro do espaço duplo. Eu digitei, fiz as pautas com espaço duplo no computador e aí possibilitou a ele a felicidade, porque ele fica assim, ele transborda de felicidade, quando eu faço um ditado, ele prova que ele sabe, que ele escreve perfeitamente, escreve perfeitamente, escreve quase não tem erro de ortografia, “ce” entendeu? Então, ele tem a dificuldade, tem os espasmos, mas a gente vê, que ele mesmo diz pra mim, você tá feliz, você gosta de escrever, quer continuar escrevendo, e ele demonstra toda felicidade do mundo. Então, a gente proporciona isso pra ele porque, que ele melhore cada dia mais, que ele procure assim é, eu vejo assim hoje ele é uma criança, mas a felicidade que ele tem por poder escrever algumas palavras, claro que ele não consegue copiar tudo, mas o pouco que eu ofereço pra ele, pra ele estar escrevendo, ele transborda de felicidade, quando ele adulto eu acredito que ele vai se dedicar muito mais na escrita.

A professora P4 foi a única que se mostrou prontificada e foi atrás de um material para trabalhar com o aluno; na verdade, ela fez a confecção desse material, fazendo com que esse aluno participasse da aula como os outros alunos.

Em contrapartida, a professora P5 alega que:

(P5) Agora, eu não tenho recursos específicos para eles, porque eu comecei a trabalhar agora, então não tenho muito contato com os alunos. Ele é o único que eu tenho com Paralisia Cerebral, então eu não tive assim como montar alguma coisa específica pra ele ainda. Até porque eu estou substituindo a professora.

As professoras relatam que trabalham com atividades diferenciadas, e citam como instrumento de trabalho o estagiário itinerante como peça fundamental, como se ele bastasse para a inclusão ser completa. Sabemos que a inclusão escolar vai além de ter o estagiário em sala de aula auxiliando o professor. Durante as sessões de observação, foi perceptível que a escola não tem recursos para trabalhar com alunos nessa condição ontogenética. Não havia talher adequado para o aluno se alimentar, de maneira que é o itinerante quem o alimenta; não havia computador para ele fazer suas anotações, nem eram disponibilizadas pranchas nas quais o estudante pudesse escrever com uma caneta adequada e sem comprometer sua postura.

Sartoretto e Bersch (2010, p. 14) destacam atividades com teclados, afirmando que:

O aluno pode utilizar-se de teclados virtuais; nesse caso, as letras aparecem na tela do computador e são por ele selecionadas de várias formas, dependendo de sua habilidade. O acesso às letras acontece por meio de mouses especiais e acionadores. O acionador é

uma chave que realiza o “clique do mouse” e define a escolha da letra. Existem acionadores de pressão, de tração, de piscar, de sopro, de contração muscular e outro. Com uma habilidade motora mínima, o aluno é capaz de selecionar uma letra e escrever.

A educação inclusiva se configura, também, com a presença de material especializado, como computadores para ajudar no aprendizado desse aluno, talheres adequados para sua alimentação, livros adequados, entre outros. Mas, durante as sessões de observação, evidenciou-se que o aluno não tem essa diferenciação com as atividades. A única diferença é que ele tem um itinerante. E apenas a professora P4 usa algum recurso adaptado, que é um caderno artesanal, feito pela própria professora, que contém linhas mais largas para que a criança possa escrever e se sentir bem estando em sala de aula. Essa mesma professora, por oposição às demais, tem muita dedicação ao aluno. Ela sempre o questionava, ajudava-o e o observava, dando-lhe toda atenção necessária.

3.3 O atendimento educacional ofertado ao aluno com Paralisa Cerebral: discutindo as condições de acessibilidade e participação na escola comum

Quando questionadas sobre as condições de atendimento educacional na sala de aula comum, as respostas das entrevistadas foram:

(P1) Eu avalio as condições desse aluno uma condição excelente. Por quê? Por que ele tem um itinerante que acompanha ele nas dúvidas que ele tem, né? Então, se ele tem alguma dúvida, ele pergunta para o itinerante. Se o itinerante não consegue resolver, ele pergunta para o professor, né, ajudando com o conteúdo, normal a matéria que ele tá vendo em sala de aula, então não é somente na escrita, praticamente esse aluno aprende oralmente.

(P2) A parte de acessibilidade é boa, contendo rampas na escola, sinalização de plaquinhas e sinalização nas salas para cadeirante, as entradas né, na escola, de estacionamento principalmente para o ônibus que param para deixar os alunos. O atendimento educacional é bom, converso sempre com os professores, pra gente interagir entre as matérias que a gente pode melhorar para esse aluno também, sempre interagindo ele em sala. E também dando atenção especial para aquele aluno com materiais diferenciados e materiais comuns.

(P3) Olha como eu disse aqui, esta escola eu acredito que ela esteja bem preparada, há rampas para esta criança poder se movimentar aqui na escola, é o ônibus também traz essas crianças, que não é só um, são várias a até o acesso pra dentro da sala de aula também tem as rampinhas. Então eu acredito que, futuramente, essa escola, ela está sim preparada para receber a inclusão desses alunos com certeza.

As professoras P1, P2 e P3 insistem e afirmam na mesma tecla, que a inclusão é boa e tem que acontecer, e havendo rampas e um estagiário itinerante já é suficiente. Durante as

observações, constatou-se que, de fato, na escola há rampas de acesso às salas, há transporte escolar para esse aluno, mas isso não significa atendimento de qualidade. Sabe-se que, se esse aluno com Paralisia Cerebral puder ter instrumentos diferenciados em sua aprendizagem, o seu desenvolvimento será muito melhor, até mesmo na sua vida pessoal.

Nesse caso, em condições apropriadas, sua autoestima também se tornaria mais elevada, superando o sentimento de menos-valia, por saber que não está dependendo totalmente de outra pessoa, principalmente em se tratando de sua higiene, se houvesse banheiros adaptados para esse aluno.

A professora P4 manifesta o seguinte posicionamento

(P4) Olha eu vou dizer o seguinte: a escola faz o que é possível para ela fazer, né, até porque quando se trata da escola, né, eu acho assim que o sistema podia ir além, poderia promover muito mais, mas a escola ela oferece o que ela tem possibilidade de oferecer. E eu ainda fico naquela, vai depender muito do professor, né, ali tá na mão do professor, né, é aquilo que o professor tem vontade de promover, né, enquanto tiver nas minhas mãos eu vou fazer o possível e o impossível para que ele possa assim, se sentir feliz e melhorar a aprendizagem dele.

P4 se mostra prontificada a colaborar no processo de inclusão escolar, mas ressalta as limitações de seu trabalho, alegando que o sistema escolar precisaria fazer muito mais. Pode-se dizer que ela está certa, pois, muitas vezes, faltam os recursos necessários, e nem sempre os professores podem buscar outros recursos. Um exemplo é a falta de tempo para irem em busca de qualificação ou formação quando recebem a notícia de que terão um aluno com Paralisia Cerebral em sala de aula.

Esses recursos e materiais pedagógicos para as crianças que necessitam de um atendimento educacional especializado ainda são muito caros, e a gestão alega que depende dos governantes para obterem esses recursos, de maneira que, frequentemente, ficam de mãos atadas. Todavia, por outro lado, pode-se seguir o exemplo de P4 e confeccionar esses materiais na escola, a partir das necessidades e possibilidades manifestadas pelos estudantes.

Por fim, a professora P5 argumenta que:

(P5) Bom, eu acho que pra ele ainda tá numa posição boa, né? Ele tem o itinerante que ajuda ele, ele consegue ter acesso à sala, rampas ele tem acessibilidade, falta um pouco de material específico, pra trabalhar na sala com ele.

Podemos observar que, mais uma vez, dá-se a entender que quem tem total responsabilidade sobre esse aluno é o estagiário, mas a acessibilidade vai muito além de um

auxiliar junto ao professor. Tendo em vista podemos observar que as professoras só pensam como peça fundamental para a inclusão desse aluno o itinerante, sendo que, atualmente, com a tecnologia, existem vários recursos para trabalhar com alunos nessa condição. Sendo assim, deve-se considerar que:

A acessibilidade arquitetônica é fundamental para que os alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como professores e funcionários, possam acessar a todos os espaços de sua escola e participar de todas as atividades com segurança, conforto e com a maior autonomia possível, de acordo com suas possibilidades.

Para a eliminação das barreiras físicas e transformação dos espaços escolares precisamos entender que não existe um modelo único que possa ser utilizado em todas as escolas para torná-las acessíveis. É a observação acurada das necessidades das pessoas com deficiência ou com modalidade reduzida, bem como a análise das condições arquitetônicas dos prédios escolares, que darão aos profissionais responsáveis pelas adequações a serem implementadas (engenheiros, arquitetos) as informações necessárias à elaboração dos projetos. (GIACOMINI, SARTORETTO; BERSCH, 2010, p. 39).

Considera-se, por conseguinte, que a estrutura física de uma escola bem equipada faz toda diferença na inclusão escolar, pois pode melhorar e muito a vida daquele aluno de necessita de auxílio. A estrutura da escola é ponto chave, algo para os governantes pensarem muito bem na hora de construir as escolas, pensarem na hipótese de ter alunos futuramente que necessitam de diversos recursos para estudar e se sentir bem naquela escola, a começar pela estrutura arquitetônica. Não obstante, é necessário, também, ir além, pensando-se nas condições de trabalho docente, na presença de recursos de tecnologia assistiva, materiais didático-pedagógicos adaptados, entre outros, que possibilitem a participação e a interação do aluno no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do aluno com paralisia cerebral no ensino fundamental nos mostra uma realidade bem diferenciada do que é inclusão, pois as professoras alegam que apenas o estagiário já está bom como instrumento de trabalho. Podemos perceber, mediante as sessões de observações, que não é bem isso que ocorre. Hoje, no mercado pedagógico, existem inúmeros instrumentos de trabalho que podem facilitar o desenvolvimento desse aluno na escola.

Pôde-se observar que as professoras deixam muito a desejar a esse aluno, levando em consideração que ele também faz parte da turma. O estudante acaba por conta do itinerante. Em

geral, as professoras entrevistadas não levam em conta que existem inúmeros recursos, e que não basta apenas ter as rampas e ônibus escolar para se garantir a efetividade da inclusão escolar.

Notou-se que a única professora que busca ampliar e adaptar seus instrumentos de trabalho é a professora P4, que usa um caderno com linhas maiores para o aluno conseguir escrever, integrando-o às atividades curriculares, ao mesmo tempo em que lhe propicia algo fundamental para o reconhecimento de sua condição cidadã e sua autonomia na sociedade letrada, isto é, a prática da escrita, sem necessitar de um escriba.

Como é apenas um aluno na rede municipal que tem paralisia cerebral, a pesquisa não pode ser generalizada para todos os contextos. Além disso, foram poucos os momentos de observação, o que demanda a continuidade de estudos sobre a prática pedagógica das professoras observadas. Ressalta-se, por fim, que, mediante o exposto, emerge a importância de os professores buscarem outros recursos, até mesmo tecnológicos, para incluir os estudantes com deficiência, inclusive a paralisia cerebral, em todas as atividades da sala de aula comum, de modo que estes não fiquem apenas a cargo do itinerante, alimentando-se situações de exclusão na escola que se pretende inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A.; MACIEL, C. E. **Educação Especial**. Campo Grande: Editora UFMS, 2010.

BRASIL. **A Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: deficiência física**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2006.

GIOCOMINI, L; SARTORETTO, M. L; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Ministério da Educação. Brasília: Ministério da educação, 2010.

HOFFMANN, A. R.; TAFNER, M. A.; FISCHER, J. Paralisia cerebral e aprendizagem: um estudo de caso inserido no ensino regular. **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, 2008. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-12.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas Públicas de Inclusão Educacional**: desafios e perspectivas. Curitiba: UFPR, p. 185-202, 2004.

SARTORETO, M. L; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, J. da; BELO, V. S; DRUMOND, A C. análises dos processos de inclusão, desenvolvimento e aprendizagem de uma criança com Síndrome de Down matriculada na escola comum. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n.40 p. 245-258, maio/ago. 2011.

Disponível em:

<<http://cascavel.ufms.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/2768/0>>.

Acesso em: 03 nov. 2013.